



ACTA N.º 11

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2011

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (32 Membros):

Dr. Sidónio Fernandes da Costa
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Dr.^a. Lúcia Paula da Costa Cabral
Dr.^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues
Paulo Jorge Dinis Eliseu
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Dr.^a Nádia Marques de Sousa Ramos
Eng.^a. Ana Isabel Pinto Alves
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Dr.^a. Vanda Patrícia Oliveira Mota
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)

António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)

Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (4):

Fernando de Carvalho Andrade

João Luiz Alves Fiúza

Dr. Paulo Alexandre Domingos Marques

Dr.^a. Inês Marques de Sousa Ramos

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Dr.^a. Ana Paula dos Santos Faria Neves

Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Manuel António de Jesus Borges

VEREADORES AUSENTES:

Dr.^a. Carla Sofia Silva Martins

Serafim Duarte Lopes Martins

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2011;

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página sete, linha dezasseis (a contar do fim da página), **onde se lê** “(...) Documento nº 10 (...)”, **passa a constar**, “(...) Documento nº 4 (...)”, salientando que assim se manterá a lógica da numeração.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela, referiu que a numeração dos documentos entregues à mesa é feita por ordem de chegada e não por ordem de intervenção,



sendo que o documento nº 10, acima referido, só foi entregue à mesa no final da sessão anterior, pelo que a alteração solicitado pelo Dr. Canotilho não pode ser efectuada, pois não corresponde à realidade.

Dada, novamente, a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, propôs a rectificação da página nove, linha três (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) a informação sobre a actividade municipal (...)", **passa a constar** "(...) a informação sobre a situação financeira do município (...)".

Dada a palavra ao Sr. Abílio Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página oito, linha dezanove (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) Abílio Marques (...)", **passa a constar**, "(...) Abílio Rodrigues (...)".

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Sidónio Costa, e no uso dela, solicitou que se acrescente à Acta da Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2011, que, devido à ausência do 1º secretário, e tendo o 2º secretário assumido as suas funções, foi nomeado um membro da assembleia para substituir o 2º secretário.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta a votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2011 e, da contagem dos votos dos trinta e quatro membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2011.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIACÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Foram apresentadas justificações de faltas dada à presente Sessão Ordinária pelos Membros Sr. João Fiuza, Dra. Inês Ramos e Sr. Fernando de Carvalho Andrade, as quais foram consideradas justificadas.

Foi, também, apresentado e lido, pelo Sr. Presidente da Assembleia, um pedido de renúncia do membro da Assembleia, Dr. Paulo Marques, salientando que será convocado o membro seguinte para o substituir.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte



3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, entregou um **documento escrito, o qual foi presente à Mesa, devidamente datado e assinado, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1)**, onde felicita, em nome do Grupo Municipal do P.S., o Partido Social Democrata pela vitória nas legislativas, desejando que cumpram o mandato em defesa dos interesses dos portugueses.

Dada a palavra ao Sr. Alfredo Marques, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que no Espadanal alguns caminhos encontram-se cheios de silvas, enquanto outros são limpos. Referiu, também, que na altura das eleições foi prometida a abertura de uma estrada que ligaria Casas Novas às Carvalhas, mas que até agora ainda não foi feita. Terminou questionando acerca do tempo que demora a apreciação de um processo que dê entrada na Câmara Municipal.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da área Empresarial Sinde/Tábua, perguntando “Como pensa V. Exa. dar solução às águas sanitárias e esgoto das novas fábricas antes de adjudicar a nova ETAR. Vai colher em vaso fechado ou vai deixar drenar até à linha de água mais próxima, para que se efectue o efeito de diluição? Penso que esta situação merece ponderação, pois é de extrema sensibilidade para toda a comunidade, incluído o bom funcionamento das unidades industriais”. A terminar questionou, também, o Sr. Presidente da Câmara acerca dos Resíduos Sólidos urbanos, nomeadamente através da questão, “ Pretende V. Exa. seguir a recomendação do concelho executivo da Associação de Municípios da região do Planalto Beirão, de actualização das tarifas de resíduos Sólidos Urbanos em 3 euros para consumidores domésticos? São valores mensais?”.

Dada a palavra ao Sr. Abílio Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, fez referência à sua intervenção na Assembleia Municipal anterior, salientando que, ao contrário do que foi escrito posteriormente nalguns órgão de comunicação social, o que apresentou foi uma proposta, e não um projecto, para a construção de um monumento comemorativo do 11 de Março de 1911.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, alertou para o facto de a Associação CAULE continuar a abater, indiscriminadamente, as árvores, sem notificar os proprietários, ou mesmo as Juntas de Freguesia, apelando ao Sr. Presidente da Câmara, e aos seus colegas Presidentes de Junta, para que, juntos, tomem medidas que defendam os direitos dos proprietários. Terminou



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questionando qual será o aumento das taxas de construção, após o aumento acordado de cerca de 100 €.

Dada a palavra ao Sr. Vítor Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou esclarecimentos acerca da situação do saneamento da freguesia de Vila Nova de Oliveirinha, pois há mais de um mês que o empreiteiro parou com as obras. Questionou, ainda, “quando haverá disponibilidade das máquinas para limpar os caminhos?”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, felicitou o novo governo, destacando a quantidade de independentes que integram o mesmo. Em seguida, entregou uma **moção escrita, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2)**, referente ao problema da água existente no concelho.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Sidónio Costa, foi referido que o tempo a que a CDU tem direito na sua intervenção já foi esgotado, tempo esse atribuído de forma democrática e resultante das eleições autárquicas.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, referiu que as moções devem ser apresentadas de forma sucinta, pois os membros da assembleia devem ter tempo para as analisar de forma correcta, pois não lhes pode ser inculido o que quer que seja.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dado um minuto ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, para apresentar a moção, ao que ele acedeu.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a moção referente ao problema da água, presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2) e, da contagem dos votos dos vinte e nove membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRÊS;

VOTOS CONTRA: TREZE;

ABSTENÇÕES: TREZE;

REPROVADA, a moção referente ao problema da água.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu a questão do Sr. Alfredo Marques, salientando que, após a análise dos orçamentos dos muros e vedações, concluiu-se que os mesmos ficariam mais dispendiosos do que a própria estrada, frisando que, de qualquer das formas, a curva irá ser



cortada e serão efectuadas algumas remodelações. Quanto ao tempo que demora a análise dos processos que dão entrada na câmara, referiu que a questão é vaga, sendo precisos mais pormenores, realçando que, se é um assunto do foro privado, deverá ser esclarecido noutra local.

No que concerne às preocupações do Dr. João Canotilho, salientou que o sistema de tratamento de águas residuais da Área Empresarial Sinde/Tábua irá ser consolidado com a instalação de mais uma ETAR Compacta com o Tratamento de Lamas Activado, homologado pelo ministério do Ambiente, e em diversos países da União Europeia. No que concerne ao valor da tarifa mensal, o Município de Tábua, como associado, terá que o respeitar, uma vez que foi deliberação unânime.

Quanto à questão da CAULE, salientou que a câmara já protestou contra ao modo de actuar da associação, salientando que teve conhecimento que numa freguesia do concelho, um proprietário obrigou a descarregar os pinheiros que eram da sua pertença.

No que concerne à questão das obras do saneamento de Vila Nova de Oliveirinha, esclareceu que já foi feito um ofício dirigido ao empreiteiro com todas as reclamações e que o processo irá andar para a frente, até a situação ser resolvida.

A terminar, e no que concerne à temática apresentada pelo SR. José Oliveira, salientou que as Águas do Planalto renovaram a rede em Ázere, realçando que nunca houve água com tanta pressão naquela localidade, e com tanta qualidade.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ART.º. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Dra. Nádía Ramos, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, parabenizou a Câmara Municipal pelas actividades desenvolvidas, destacando a participação na 48ª Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, em parceria com a Junta de Freguesia de Carapinha, realçando a beleza do stand



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representativo do concelho, sugerindo que, numa próxima participação, estejam expostos, e disponíveis para degustação, mais produtos típicos da nossa região, como o queijo e o chouriço.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, fez algumas considerações acerca das actividades do município, nomeadamente, e acerca da inauguração do edifício da Segurança Social de Tábua, que “é de relevar a implantação de mais uma estrutura com capacidade de oferecer mais e melhores serviços, a mais cidadãos, ficando Tábua referenciada no mapa do Instituto da Segurança Social”. Quanto à Assinatura do protocolo “Programa CLDS”, salientou que “Estes protocolos (cerca de 150 mil euros por ano, durante 3 anos), são importantes para a execução de um conjunto de acções válidas, mas deixa-me um amargo de boca, pois verifico que é uma forma de combater a pobreza persistente e a exclusão social, (...). Preferia estabelecer protocolos com incubadoras de empresas”. No que concerne à II Edição da Festa das Famílias, salientou que “partilho inteiramente com esta visão, e o tema escolhido para esta iniciativa é profundo e oxalá os pais participem mais intensamente na companhia dos seus filhos e que, definitivamente, se consolide esta festa”. Relativamente à cerimónia de homenagem ao comandante Luís Santos da Costa Branco, considerou-a mais que merecida, pois é uma forma de perpetuar a sua memória e os seus feitos. Salientou, e no que concerne à participação na 48ª Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, “gostaria que não fosse só a Junta de Freguesia da Carapinha a colaborar no certame, mas sim todas as Freguesias do Concelho de Tábua. Entendo se for estratégia de redução de custos e rapidez de resposta ao desafio”. Quanto às Actividades de Enriquecimento Curricular e aos II Jogos sem Fronteiras – Nova Geração, salientou que “É sempre meritoso promover o enriquecimento curricular dos cidadão, nas suas diferentes vertentes, pois este é o único património capaz de dar respostas singulares aos desafios e é sempre bom as novas gerações reverem-se na história das ideias”. A terminar, e no que concerne à Área Empresarial Sinde/Tábua, salientou que “ A concretização dos projectos é a melhor forma de concluir os desafios encetados”.

Dada a palavra ao Sr. Amílcar Castanheira Luís, membro do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que se sente prejudicado com o protocolo relativo ao “Programa CLDS”, pois considera que todas as IPSS's deveriam ter sido ouvidas, questionando as verbas a serem aplicadas em infra-estruturas e nos ordenados dos técnicos, salientando que a verba para as acções é diminuta quando comparada com as restantes.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, esclareceu que, no que concerne ao “Programa CLDS”, a decisão em entregar o projecto à Santa Casa da Misericórdia de Tábua foi feita em Reunião de Câmara, por unanimidade de todo o executivo, e, em ultima instancia, a decisão é de todos os membros do concelho local da Segurança Social, devidamente homologada pelo Ministério da Segurança Social.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção da Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Dra. Ana Paula Neves, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que as verbas referentes a este programa vêm solucionar as actividades efectuadas pelo anterior projecto, o PROGRIDE, e são pré-definidas pela Segurança Social. Relevou, ainda, que o plano de acção do concelho de Tábua foi considerado o melhor e, em caso de existir qualquer dúvida, a Câmara, e os técnicos, estão disponíveis para esclarecer.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, chamou a atenção para a data do documento “resumo diário de tesouraria”, referindo que a mesma é “17 de Junho de 2011”, e não “18 de Abril de 2011”, com está referenciado. Quanto à análise dos documentos relativos à situação financeira do município, solicitou alguns esclarecimentos, questionando se “Os pagamentos do Mais Centro solicitados pela Câmara Municipal, e que rondam os 2.000.000,00 euros, já foram encaixados? Não encontrei referência à sua entrada. Relativamente ao empréstimo de médio-longo prazo, a contrair pela Associação de Municípios da Região do planalto Beirão, para suporte de investimentos não co-financiados e no valor de 6.700.000,00 euros, qual o custo para este município? Está quantificado, ainda que não haja transferência de verbas e seja excepcionado? Relativamente ao saneamento financeiro, qual o estado da arte? Vale a pena pagar à empresa de estudos ou não? Sempre achei conveniente fazer uma gestão mais equilibrada e não recorrer a esta moda, pois é mais vantajoso poder decidir com autonomia”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, questionou se, no que concerne à situação financeira, a Câmara de Tábua está no bom, ou no mau caminho.



Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, salientou que considera a situação financeira do Município boa, mas com muitas dificuldades, salientando que a Câmara pretende realizar diversas intervenções nas freguesias do concelho, estando as mesmas já aprovadas, mas que têm que aguardar as novas directrizes do Governo, mediante as negociações com a Troika.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu que a Câmara Municipal já recebeu do “Mais Centro” cerca de 1.400.000,00 euros. Quanto ao empréstimo de médio-longo prazo, a contrair pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão Planalto Beirão, salientou que mesmo irá servir para investir na Central de Valorização Orgânica, constituída por uma Unidade de Triagem de Resíduos Urbanos Indiferenciados, uma Unidade de Valorização de resíduos Urbanos Biodegradáveis e uma unidade de Valorização Energética. Esclareceu ainda que, segundo o estudo de viabilidade financeiro do investimento, o mesmo suportará todos os encargos inerentes às responsabilidades decorrentes do contrato.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

3- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO / EMPRÉSTIMO FINANCEIRO A MÉDIO-LONGO PRAZO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que ficou pouco esclarecido acerca do ponto em votação, pelo que, e após a análise dos gastos e do serviço que a AMRPB tem prestado ao concelho, a CDU irá votar contra.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Empréstimo Financeiro a Médio-Longo Prazo / Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, mediante a presença do ofício n.º 0357, de 06 de Junho de 2011, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que acompanha a Acta da reunião Ordinária do Conselho Executivo de 12 de Maio de 2011, acompanhados da



Certidão de 8 de Junho de 2011, documentos que se dão por reproduzidos, solicitando que a Autarquia delibere sobre a contratação de um empréstimo de médio-longo prazo, até ao limite de 6.700.000,00€, para suporte de parte dos investimentos co-financiados da Associação de Municípios. Este empréstimo é excepcionado, não contando para os limites de endividamento municipal, e destina-se a suportar a parte dos investimentos não financiados pelos Fundos Comunitários.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E CINCO;

VOTOS CONTRA: QUATRO;

ABSTENÇÕES: UMA;

APROVADA POR MAIORIA ABSOLUTA, dos membros em efectividade de funções, concordar com a contratação de um empréstimo de médio-longo prazo, até ao limite de 6.700.000,00€, nos termos da Lei, para os fins referidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

4- ADESÃO À AREAC – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO CENTRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que a CDU é a favor das energias renováveis, mas ao verificarem que a adesão implica uma quota anual de 5.000,00 €, solicita mais esclarecimentos, pois pretende saber quais as contrapartidas.

Dada a palavra ao Sr. Ângelo Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões, no uso da mesma, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu que a quota anual a pagar pelo Município de Tábua será de 1500,00€, e não de 5.000,00€, como foi referido anteriormente.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que, apesar de reconhecer o nobre objectivo da AREAC,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questiona se "(...) não é normal, antes de assinarmos a proposta de adesão à associação, conhecer os estatutos da mesma? É que uma das exigências para a adesão é a necessidade de cópia autenticada dos estatutos da instituição a associar-se, mostrando que esta pode aderir. Dado tratar-se de uma entidade local de direito privado, era óptimo os membros da Assembleia Municipal de Tábua conhecerem os estatutos desta Agência".

Dada a palavra à Dra. Ana Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou esclarecimentos adicionais acerca desta Agência, nomeadamente o que faz e para que serve.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que esta Agência é uma associação de vários municípios, incluindo quase a totalidade dos municípios da CIMPIN, assim como a maioria dos municípios da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, à qual a nossa Comunidade Intermunicipal entregou a elaboração de uma candidatura na área da eficiência energética. Mais informou que, esta proposta surge a pedido da presidente da AREAC, que neste momento é Presidente do Município de Miranda do Corvo, e que solicitou a adesão de todos os municípios, de forma a poder contratar um quadro de pessoa, que possa dar maior e mais rápida resposta no apoio aos seus associados.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Adesão à AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro, mediante a presença do ofício n.º C/11/98, de 26 de Maio de 2011, da Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro, acompanhado da Certidão de 8 de Junho de 2011, documentos que se dão por reproduzidos, propondo que o Município de Tábua se associe à referida Agência. A Agência tem como objectivo facilitar e promover políticas locais integradas sobre a utilização inteligente da energia, visando uma melhoria contínua do modelo de uso dos recursos energéticos endógenos. É também objectivo da Agência, o desenvolvimento de acções que contribuam para uma melhor eficiência energética e uma utilização racional da energia na região, melhorando, desta forma, a qualidade de vida de toda a sociedade.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: DEZOITO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: DOZE;



APROVADA POR MAIORIA dos membros em efectividade de funções, concordar com a adesão à Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro, com a contribuição de 5.000,00€ de jóia e com uma quota anual de 1.500,00€, de acordo com os critérios e escalões definidos.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

5- ATRIBUIÇÃO DE TERRENO MUNICIPAL EM FONTE ARCADA – IMPRESSÃO ORIGINAL, LDA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra pelo Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela referiu que se trata da instalação de uma nova unidade ligada às artes gráficas, que já se encontrava a trabalhar no concelho, mas devido à falta de espaço, não conseguia manter o ritmo das encomendas. Trata-se de um terreno onde estava instalado um antigo posto de transmissão da EDP, que foi desactivado e a Câmara solicitou a restituição do referido espaço. Este foi dividido em 2 lotes, através de um destaque, e agora, por decisão da Comissão da Indústria e da Câmara Municipal, propôs-se a atribuição de um destes lotes à empresa “Impressão Original”.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que “É justo que a política de incentivos seja transversal, independentemente da dimensão do investimento, como penso que é prática. Naturalmente estudando o peso relativo para cada tomada de decisão. É sempre bom ver respostas práticas à vontade de investir e fazer melhor. Uma boa decisão”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, manifestou o seu agrado por este bom incentivo, salientando que é fundamental apoiar também as pequenas/médias empresas.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a



aprovação da Atribuição de Terreno municipal em Fonte Arcada – Impressão Original, Lda., mediante a presença do processo referente à candidatura da Empresa Impressão Original – Sociedade Artes Gráfica, Lda., e presente a Acta da Comissão de Indústria e de Concessão de Apoio ao Investidor, de 7 de Junho de 2011, referente à atribuição do terreno municipal com a área de 1.740 m², acompanhados da Certidão de 8 de Junho de 2011, documentos que se dão por reproduzidos, para a atribuição de um terreno municipal sito à Fonte Arcada, necessário para a instalação e implementação de uma empresa com a actividade de impressão, comércio retalho de jornais, revistas e artigos papelaria.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE dos membros em efectividade de funções, concordar com todos os procedimentos administrativos inerentes ao assunto em questão e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ou seu substituto legal, para efeitos de transmissão onerosa do terreno em questão.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

6- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 20.º DO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TÁBUA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, e no uso dela, salientou que esta é uma forma de agilizar e resolver a situação, enquanto não surgem as directrizes das novas normas referentes aos Planos Directores Municipais.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que, "Mais importante que a alteração do artigo 20.º do regulamento do plano Director municipal de Tábua, é a sua revisão global e entrada em serviço, que aguardamos há vários anos".

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, frisou que, para se enquadrar com a lei, irá votar favoravelmente, mas salientou que o Plano deve ser revisto na sua totalidade.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, revelou que, há cerca de um mês, o Presidente da Associação de Municípios Portugueses manifestou o desagrado de todos os municípios face a esta situação.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Proposta de Alteração ao Artigo 20.º do Regulamento do Plano director Municipal de Tábua, mediante a presença da Proposta de Alteração ao Artigo 20.º do Regulamento do PDM de Tábua, que a Câmara Municipal de Tábua, em reunião ordinária pública realizada em 22 de Junho de 2011, deliberou submeter à Assembleia Municipal para aprovação, acompanhada da Minuta n.º 182 da Acta da mencionada Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal, documentos que se dão por reproduzidos.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E NOVE;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: UMA;

APROVADO POR MAIORIA dos membros em efectividade de funções, concordar com a aprovação do relatório dos resultados da discussão pública e a versão final da proposta de alteração ao artigo 20.º do Regulamento do PDM, divulgá-los através da comunicação social e da página da Internet do Município.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Paulo Jorge Dinis Eliseu, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Sidónio Fernandes da Costa, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Sidónio Fernandes da Costa)

O Primeiro Secretário:

(Paulo Jorge Dinis Eliseu)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)